

Revisões de literatura

Turismo de base comunitária e recursos de uso comum: integrando a coopetição social aos princípios de Ostrom

Community-based tourism and common-pool resources: integrating social coopetition with Ostrom's design principles

Turismo de base comunitaria y recursos de uso común: integrando la coopetición social a los principios de diseño de Ostrom

Rodrigo Oliveira Ribeiro¹, Carla Regina Pasa Gómez¹, Adriana Fumi Chim Miki^{2,3}

¹Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

²University of the Azores (Uac), Ponta Delgada, Portugal.

³Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.

Palavras-chave:

Coopetição social;
Recursos de uso comum;
Princípios de design de Ostrom;
Estratégias regenerativas;
Turismo de base comunitária.

Keywords:

Social coopetition;
Common-pool resources;
Ostrom's design principles;
Regenerative strategies;
Community-based tourism.

Palabras clave:

Coopetición social;
Recursos de uso común;

Resumo

Este estudo investiga a coopetição social como estratégia de gestão de recursos comuns no Turismo de Base Comunitária (TBC), fundamentando-se nas contribuições de Elinor Ostrom em *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Com base em uma revisão narrativa com caráter interpretativo e integrativo, examina-se como as interações entre cooperação e competição podem gerar valor social, fortalecer o protagonismo comunitário e promover o desenvolvimento sustentável. Propõe-se um *Framework* integrativo que articula o ciclo de valor social (criação-apropriação-devolução de valor social) aos princípios de design de Ostrom, destacando a importância da governança participativa e da autogestão para impactos socioeconômicos e socioambientais positivos. O estudo contribui ao: (i) apontar a coopetição social como estratégia regenerativa em nível de sociedade; (ii) propor a aplicabilidade dos princípios de Ostrom em contextos complexos e dinâmicos; (iii) aprofundar a compreensão das dinâmicas cooperativas no TBC; e (iv) apresentar o conceito de Coopetição Social Regenerativa, que integra coopetição, Teoria dos Comuns e práticas regenerativas. Os achados oferecem subsídios para pesquisadores e agentes comunitários interessados em políticas públicas para comunidades turísticas e no avanço de práticas regenerativas em contextos locais.

Abstract

This study investigates social coopetition as a strategy for managing common-pool resources in Community-Based Tourism (CBT), drawing on Elinor Ostrom's contributions in *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Based on a narrative review with an interpretative and integrative character, this study examines how the interactions between cooperation and competition can generate social value, strengthen community leadership, and promote sustainable development. An integrative Framework is proposed that articulates the social value cycle (creation-appropriation-devolution of social value) with Ostrom's design principles, highlighting the importance of participatory governance and self-management for positive socioeconomic and socioenvironmental outcomes. The study contributes by: (i) highlighting social coopetition as a regenerative strategy at the social level; (ii) proposing the applicability of Ostrom's principles in complex and dynamic contexts; (iii) deepening the understanding of cooperative dynamics in CBT; and (iv) presenting the concept of Regenerative Social Coopetition, which integrates coopetition, the Theory of the Commons, and regenerative practices. The findings offer insights for researchers and community actors interested in public policies for tourism communities and in advancing regenerative practices in local contexts.

Resumen

Este estudio investiga la coopetición social como estrategia para la gestión de recursos comunes en el Turismo de base Comunitaria (TBC), basándose en las contribuciones de Elinor Ostrom en

Princípios de design de Ostrom;
Estratégias regenerativas;
Turismo de base comunitária.

Revisado em pares.
Recebido em: 21/11/2025
Aprovado em: 18/05/2026
Editor: Thiago de Luca Sant'ana
Ribeiro.



“Gestionar los bienes comunes: La evolución de las instituciones para la acción colectiva”. Este estudio, basado en una revisión narrativa de carácter interpretativo y integrativo, examina cómo las interacciones entre cooperación y competencia pueden generar valor social, fortalecer el liderazgo comunitario y promover el desarrollo sostenible. Propone un marco integrador que articula el ciclo del valor social (creación-apropiación-retorno del valor social) con los principios de diseño de Ostrom, destacando la importancia de la gobernanza participativa y la autogestión para lograr impactos socioeconómicos y socioambientales positivos. El estudio contribuye a: (i) destacar la coopetición social como estrategia regenerativa a nivel social; (ii) proponer la aplicabilidad de los principios de Ostrom en contextos complejos y dinámicos; (iii) profundizar la comprensión de las dinámicas coopetitivas en el TBC. y (iv) presenta el concepto de Coopetición Social Regenerativa, que integra la coopetición, la Teoría de los Bienes Comunes y las prácticas regenerativas. Los hallazgos ofrecen apoyo a investigadores y agentes comunitarios interesados en políticas públicas para comunidades turísticas y en el fomento de prácticas regenerativas en contextos locales.

Como Citar: Oliveira-Ribeiro, R., Gómez, C. R. P., & Chim-Miki, A. F. (2026). Turismo de base comunitária e recursos de uso comum: integrando a coopetição social aos princípios de Ostrom. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 26, e-3382, 2026. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v26.3382>

1 INTRODUÇÃO

O enfoque econômico do turismo vem sendo reconfigurado por um movimento global que propõe modelos de desenvolvimento turístico centrados na sociedade, que se contrapõem às abordagens convencionais (Chim-Miki et al., 2024b). Essa transição prioriza a ação coletiva em redes de comunidades locais e entre seus membros (Yasunaga, 2020; Espinoza et al., 2017), os quais valorizam perspectivas que vão além de indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto, a exemplo da abordagem *Beyond GDP* (Dwyer, 2025) e da noção de “destinos do bem-estar” (Berkbekova et al., 2024). Com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável local e uma economia local inclusiva (Rosalina et al., 2023), esse modelo busca gerar impactos positivos por meio do protagonismo comunitário e em modelos de turismo centrado na comunidade (Botelho & Raimundo, 2023).

Nesse sentido, o Turismo de Base Comunitária (TBC) emerge como uma faceta do turismo sustentável (Quick, 2024), mobilizado pelo protagonismo, empoderamento, autogestão, participação, ação coletiva das comunidades locais, valorização da cultura local, proteção dos recursos naturais e geração de benefícios econômicos para as populações locais (Lima et al., 2022). Assim, o TBC destaca-se como abordagem estratégica que gera benefícios além das dimensões econômica, social e ambiental, e se configura como um campo favorável à governança participativa e à autogestão de recursos comuns (Suyatna et al., 2024). Diferente da sustentabilidade, que preserva o estado atual dos recursos, práticas orientadas à regeneração local são capazes de restaurar sistemas naturais e culturais (Zurbarán-Arias & Piñeros, 2025), e ampliar o alcance transformador do TBC para além da preservação.

Dois exemplos brasileiros ilustram como o TBC pode operacionalizar princípios de governança participativa e autogestão de recursos comuns. O primeiro é a iniciativa na Prainha do Canto Verde, no Ceará, onde a adoção de práticas associativas pela Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum) demonstra como formas de governança local baseadas na cooperação entre moradores podem impulsionar um modelo de desenvolvimento turístico e fortalecer a autonomia comunitária, o empoderamento na tomada de decisões e o senso de pertencimento (da Silva & de Araújo, 2024). O segundo é a Pousada Uacari, em Tefé, no Amazonas, que funciona em um sistema de rodízio de trabalho entre membros das comunidades ribeirinhas locais e o Instituto Mamirauá, de acordo com a demanda turística (Barros-Freire et al., 2019). Esse modelo de autogestão baseado em ação coletiva e participação demonstra que recursos compartilhados podem ser geridos de forma coletiva por meio de arranjos institucionais locais (Suyatna et al., 2024; Lima et al., 2022).

Estudos que articulam o TBC à perspectiva de Ostrom (1990) demonstram que os princípios de design, como regras locais, monitoramento, resolução de conflitos e reconhecimento do direito de organização, podem contribuir para a manutenção dos recursos naturais em destinos turísticos e para a sustentabilidade da governança local (Alves et al., 2022). A pesquisa desenvolvida por Krittayaruangroj et al. (2021) examinou como a pandemia impactou a resiliência econômica e social do TBC. Os resultados demonstraram que os atores comunitários se articulam através de estratégias de coopetição como uma resposta adaptativa à crise pandêmica. Os autores destacaram que em contextos de crise a coopetição emerge como uma estratégia que permite o compartilhamento de conhecimento, a inovação orientada pela comunidade e a resiliência econômica e social dos destinos de TBC. Esses resultados se alinham à perspectiva da coopetição no nível de sociedade, onde governos, comunidades e organizações articulam estratégias sociocoopetitivas orientadas ao desenvolvimento local e à geração de valor coletivo (Oliveira-Ribeiro et al., 2022).

Embora a literatura sobre governança comunitária no TBC se dedique a analisar de que modo arranjos institucionais comunitários geram desenvolvimento e bem-estar (da Silva & Araújo, 2024), ainda são poucos os estudos que analisam como dinâmicas simultâneas entre cooperar e competir (Brandenburger & Nalebuff, 1996) e os princípios de design de Ostrom (1990) podem ser articulados para orientar a gestão regenerativa dos recursos comuns no TBC. Preencher essa lacuna é relevante porque a integração entre os Princípios Ostromianos e o ciclo de valor social da coopetição pode ampliar a capacidade analítica de ambos os construtos em contextos nos quais a cooperação e a competição coexistem e oferecer um modelo para a gestão regenerativa desses recursos.

Considerando esses pressupostos, este estudo formula duas questões de pesquisa: Q1. Como os princípios de design de Elinor Ostrom se articulam aos mecanismos de criação, apropriação e devolução de valor social da coopetição social no turismo de base comunitária? Q2. De que modo essa integração pode oferecer um modelo teórico para compreender e potencializar a geração de valor social no TBC? Para respondê-las, definem-se dois objetivos: (i) analisar, no TBC, a cooperação na perspectiva dos recursos de uso comum; (ii) propor a integração entre o ciclo de valor social da coopetição social e os princípios de design de Ostrom.

Para alcançar esses objetivos, o estudo adota uma revisão narrativa de literatura com os protocolos PRISMA e SPIDER, assegurando precisão na busca, seleção e análise dos documentos. O enfoque na relação entre a coopetição social e os princípios Ostromianos, considerando os recursos comuns como impulsionadores da coopetição social, diferencia esta revisão de outras já publicadas e promove avanços teóricos para ambos os construtos. Além da introdução, o estudo apresenta os procedimentos metodológicos; discute a cooperação nos recursos de uso comum; contextualiza o TBC; analisa a coopetição social; propõe um *Framework* que integra o ciclo de valor social aos princípios Ostromianos; e encerra com as considerações finais.

2 MÉTODO DA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Este estudo realiza uma revisão narrativa de literatura com caráter interpretativo e integrativo, orientada à síntese conceitual e à proposição de um *Framework* teórico sobre a coopetição social e a gestão de recursos comuns no Turismo de Base Comunitária (TBC), por meio dos princípios Ostromianos. Complementada pela perspectiva do Estado da Arte, essa abordagem permite sintetizar resultados de diferentes campos de conhecimento, mapear a produção existente e identificar lacunas teóricas em áreas de interface (Cronin & George, 2023).

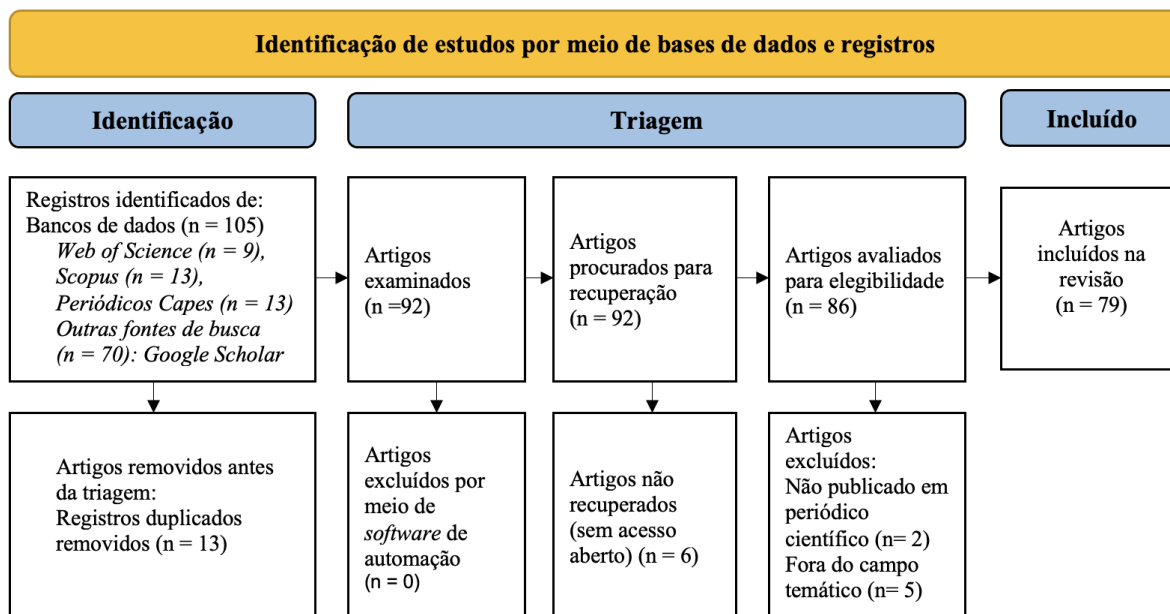
A revisão narrativa foi utilizada para compreender o status conceitual dos construtos analisados e evidenciar o avanço teórico de temáticas do campo da estratégia (Maracajá et al., 2025). A operacionalização desse método segue as orientações de Ferrari (2015): (i) escolha do tema e escopo; (ii) busca bibliográfica estruturada; (iii) avaliação crítica das evidências; (iv) critérios de inclusão e exclusão; (v) síntese narrativa dos achados; (vi) estrutura lógica e escrita coesa; e (vii) discussão crítica e contribuição teórica.

Revisões narrativas podem incorporar buscas estruturadas sem perder seu caráter interpretativo (Hall & Leeder, 2024; Turnbull et al., 2023; Ferrari, 2015). Neste estudo, o PRISMA orientou as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão (Page et al., 2021), enquanto o SPIDER definiu os critérios de busca (Cooke et al., 2012): (S - *Sample*) comunidades, organizações e atores do TBC; (PI - *Phenomenon of Interest*) a articulação entre coopetição social e os princípios Ostromianos como estratégia de governança; (D - *Design*) estudos teóricos, empíricos e conceituais revisados por pares; (E - *Evaluation*) valor social, governança participativa e regeneração local; e (R - *Research type*) estudos qualitativos, quantitativos e mistos, publicados entre 1990 e 2025, em português, inglês ou espanhol. Ambos os instrumentos foram adotados como mecanismos de rastreabilidade e transparência, e não como protocolos constitutivos de uma revisão sistemática.

Três parâmetros temáticos nortearam a delimitação do corpus teórico: (i) a abordagem de Ostrom (1990) sobre governança de recursos comuns sustentada pelos Princípios de Design; (ii) os avanços teórico-empíricos sobre coopetição a partir de Brandenburger e Nalebuff (1996); e (iii) a abordagem de Murphy (1985) sobre o turismo baseado na comunidade. Com base nesses parâmetros, a seleção dos textos foi realizada em fevereiro de 2025, considerando os artigos publicados entre 1990 e 2025, nas bases *Google Scholar*, Periódicos Capes, *Scopus* e *Web of Science* (WOS), a partir de títulos, resumos e palavras-chave. Foram utilizadas oito combinações de descritores: "Coopetição e recursos de uso comum"; "Coopetição e princípios de design"; "Coopetição e turismo de base comunitária"; "Coopetição e turismo comunitário"; "Turismo comunitário e princípios de design"; "Turismo de base comunitária e princípios de design"; "Turismo de base comunitária e recursos de uso comum"; e "Turismo comunitário e recursos de uso comum", todos aplicados também em inglês nas bases internacionais.

Durante a fase de triagem, os 105 artigos inicialmente identificados foram avaliados com base nos seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos científicos, disponíveis em texto completo e redigidos em português, inglês ou espanhol. Foram aplicados os seguintes critérios de exclusão: artigos em duplicidade entre as bases de dados, estudos não revisados por pares e trabalhos fora do escopo temático. A seleção foi conduzida de forma sistemática, assegurando consistência metodológica ao longo do processo.

Figura 1 - Diagrama de fluxo PRISMA do processo de seleção de estudos



Fonte: Elaborado com base em Page et al. (2021).

O percurso metodológico, detalhado na Figura 1, seguiu as diretrizes do PRISMA 2020 (Page et al., 2021), resultando na inclusão final de 79 artigos. Realizou-se uma análise temática indutiva e interpretativa dos estudos a partir da perspectiva de análise adotada nestes estudos, os quais foram organizados em quatro núcleos temáticos: (i) cooperação e gestão de recursos de uso comum; (ii) aplicação da lógica dos recursos comuns no TBC; (iii) coopetição social como estratégia para a governança de recursos comuns; e (iv) convergências entre o ciclo de valor social da coopetição e os princípios de governança dos comuns. A consolidação desses núcleos permitiu identificar pontos de convergência conceitual entre as abordagens analisadas, servindo de base para a proposição do *Framework* integrativo (Hall & Leeder, 2024; Turnbull et al., 2023). As análises serão discutidas nas seções seguintes.

3 RESULTADOS DA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

3. 1 Cooperação e a gestão dos recursos de uso comum

No debate clássico sobre a gestão de recursos de uso comum, o Dilema do Prisioneiro (Flood & Dresher, 1950), a Lógica da Ação Coletiva (Olson, 1965) e a Tragédia dos Comuns (Hardin, 1968) convergem para a ideia de que a racionalidade individual tende a comprometer a gestão coletiva dos recursos, favorecendo comportamentos oportunistas que levam ao uso excessivo ou à degradação dos recursos compartilhados (Dietz et al., 2003; Senatore et al., 2025). Embora partam de pressupostos distintos sobre os desafios da cooperação (ver Tabela 1), essas abordagens sustentam a visão de que indivíduos orientados por interesses próprios dificilmente cooperam em contextos de interesse coletivo (Schlager, 2002).

No entanto, Ostrom (1990) argumenta que tais modelos apresentam limitações importantes quando aplicados a sistemas sociais reais. Em sua obra *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*, a autora investigou a cooperação como elemento central para a gestão sustentável dos recursos de uso comum. A partir de estudos empíricos conduzidos em diferentes localidades, a autora demonstrou que comunidades podem desenvolver arranjos institucionais próprios para regular o uso desses recursos, criando regras, mecanismos de

monitoramento e formas de resolução de conflitos capazes de evitar a chamada tragédia dos comuns (Hardin, 1968; Moroni, 2025).

No âmbito da Teoria dos Jogos (Von Neumann & Morgenstern, 1944), o Dilema do Prisioneiro destaca uma situação em que dois indivíduos racionais escolhem entre cooperar ou agir em benefício próprio. Nessa dinâmica, mesmo que a cooperação produza um resultado melhor para ambos, cada indivíduo tende a desertar. De acordo com Lee e Weng (2025), na ausência de confiança mútua, cooperar implica o risco de ser explorado, conduzindo a um resultado coletivamente ineficiente no qual todos perdem apesar de cada um ter agido racionalmente (Flood & Dresher, 1950).

Como discutido por Murillo et al. (2025), no Dilema do Prisioneiro, indivíduos racionais podem decidir por não cooperar, mesmo que a cooperação seja benéfica para ambos. Essa lógica corrobora as premissas da tragédia dos comuns (Moroni, 2025). No entanto, Ostrom (1990) não refuta a lógica interna do modelo, mas contesta sua aplicabilidade universal, demonstrando que, em contextos reais como as comunidades por ela investigadas, a presença de regras compartilhadas favorece o desenvolvimento de soluções coletivas capazes de superar os resultados não cooperativos do dilema do prisioneiro (Senatore et al., 2025).

Quanto à cooperação na perspectiva da *Lógica da Ação Coletiva*, Olson (1965) argumenta que indivíduos racionais não agem voluntariamente para atingir objetivos comuns, exceto quando organizados em pequenos grupos ou na presença de sanções e incentivos externos. Para o autor, quando um bem coletivo é obtido, todos se beneficiam independentemente de terem contribuído, o chamado efeito "*carona*" (*free-rider*). Essa perspectiva reforça a noção de que não é a dimensão do grupo que define sua força, mas sua capacidade de organização (Marwell & Oliver, 1993), tornando a cooperação espontânea menos provável em grupos maiores (Barcelo & Capraro, 2015).

No debate sobre a Lógica da Ação Coletiva, Ostrom reconhece os dilemas reais de incentivos para não cooperar, apresentados por Olson, mas comprova empiricamente que superar suas limitações não depende de intervenções externas. Para a autora, essa superação pode ocorrer por meio de sistemas de gestão descentralizados e participativos, conduzidos de forma coletiva pelas próprias comunidades. Nesse sentido, sustenta-se que a cooperação alinhada a normas sociais e regras institucionais adaptadas ao contexto local favorece a ação coletiva e contribui para evitar a tragédia dos comuns (Moroni, 2025).

Diferentemente das abordagens anteriores, Elinor Ostrom contesta diretamente as proposições de Garrett Hardin no ensaio *The Tragedy of the Commons* (1968), segundo o qual o comportamento racional e egoísta dos usuários levaria ao esgotamento dos recursos compartilhados, restando como soluções a privatização ou a regulação estatal (Frischmann et al., 2019; Dietz et al., 2003). Em contraponto, Ostrom (1990) demonstra que, sob condições específicas, grupos autogovernados podem desenvolver instituições capazes de gerir recursos comuns de forma sustentável (Schlager, 2002), refutando a premissa de Hardin ao evidenciar a existência de arranjos institucionais comunitários baseados na cooperação (Šestáková & Plichtová, 2019).

Nesse sentido, a abordagem proposta por Ostrom (1990) dialoga criticamente com essas três abordagens clássicas ao comprovar que a cooperação não é necessariamente inviável em contextos de recursos compartilhados (Moroni, 2025; Dietz et al., 2003; Schlager, 2002). A autora demonstra que a ação coletiva pode emergir a partir de instituições sociais constituídas coletivamente pelas próprias comunidades, e em alguns contextos ser mais vantajosa do que intervenções governamentais (Schlager & Villamayor-Tomás, 2023). A Tabela 1 sintetiza as principais características do Dilema do Prisioneiro, da Lógica da Ação Coletiva e da Tragédia dos Comuns nos domínios da gestão e da finalidade a que se propõem, compondo a base sobre a qual Ostrom (1990) construiu sua crítica e sua teorização sobre recursos de uso comum.

Tabela 1 - Análise das teorias de cooperação à luz de Ostrom (1990)

Aspecto	O Dilema do Prisioneiro (Flood & Dresher, 1950)	A Lógica da Ação Coletiva (Olson, 1965)	A Tragédia dos Comuns (Hardin, 1968)	Recursos de uso comum Ostrom (1990)
Foco de Análise	Interação estratégica entre agentes	Motivação para ação coletiva	Gestão de recursos comuns	Autogestão Comunitária
Desafios para a Cooperação	Cooperação possível. Requer incentivos e garantias	Cooperação improvável em grandes grupos. Efeito "carona"	Cooperação difícil. Exige intervenções externas	Superar a Tragédia dos comuns
Solução da Gestão	Barganhas individuais ou sanções externas	Incentivos seletivos ou formação de grupos menores para cooperação	Intervenção externa, privatização ou regulação Estatal	Criação de instituições de autogestão com regras locais de monitoramento
Finalidade	Identificar condições sob as quais a cooperação emerge entre agentes racionais	Explicar por que grupos falham em mobilizar ação coletiva espontânea	Justificar a necessidade de controle externo sobre recursos compartilhados	Demonstrar a sustentabilidade dos recursos, a autogestão e participação comunitária

Fonte: Elaboração própria.

De maneira geral, a crítica central de Ostrom (1990) contesta tanto a resposta pragmática de Hardin (1968) à tragédia dos comuns, quanto a lógica paradoxal da cooperação presente no Dilema do Prisioneiro e na Lógica da Ação Coletiva (Ostrom, 2015), argumentando que a gestão sustentável dos recursos comuns requer uma racionalidade orientada para a coletividade, centrada em normas compartilhadas e arranjos institucionais geridos pelos próprios usuários, e não na maximização individual, constituindo uma alternativa viável à privatização e à regulação estatal (Schlager & Villamayor-Tomas, 2023; Dietz et al., 2003).

3.2 Recursos de uso comum no contexto do Turismo de Base Comunitária

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo de turismo protagonizado e gerido para e com as comunidades anfitriãs (Zurbarán-Arias & Piñeros, 2025) orientadas por princípios de organização social, benefícios coletivos e gestão dos recursos comuns (Lacerda & Biz, 2024b). De acordo com Ruiz-Ballesteros e Gual (2012), esse modelo é um exemplo de novo comum que inclui recursos naturais ou criados pelo homem, como espaços comunitários fundamentados em uma perspectiva de desenvolvimento pautada na dinâmica sociocultural local e em gerar impactos positivos do turismo no tecido social (Tan et al., 2024).

Pesquisas recentes relacionam os recursos de uso comum ao contexto do turismo (Lacerda & Biz, 2024a), com aplicação de modelos com estruturas institucionais de desenvolvimento comunitário como o modelo analítico de Sistemas Socioecológicos (SES) Ostrom (2009) e o modelo institucional de Análise Institucional e Desenvolvimento (IAD) Ostrom (2005), cujos fundamentos orientam a compreensão de como comunidades gerenciam recursos comuns de modo sustentável.

Chiodo et al. (2019), por exemplo, examinaram como processos colaborativos entre atores de diferentes setores econômicos locais podem estruturar o desenvolvimento turístico sustentável em comunidades rurais e propuseram um modelo de avaliação baseado nos níveis de integração de recursos e coordenação interinstitucional. Essa perspectiva se alinha com os achados de Cole e Browne (2015), os quais consideram que governança fraca e ausência de regras claras podem gerar desigualdade no acesso aos recursos e degradação de destinos turísticos.

Pan et al. (2022) aplicaram o modelo IAD em seis comunidades rurais de turismo na China para examinar como instituições locais e governança policêntrica contribuem para a redução da pobreza e a resolução de problemas sociais após a pandemia de COVID-19. O estudo constatou que a ação coletiva, estruturada em mecanismos de consenso, co-construção e compartilhamento, favorece a recuperação e o desenvolvimento sustentável de comunidades de turismo rural. Ruiz-Ballesteros & Brondizio (2013) demonstraram, a partir da aplicação do framework IAD em destinos de turismo insular em Floreana, no Equador, que a implementação de práticas de TBC depende de regras de uso dos recursos comuns e da ação coletiva multinível entre as partes interessadas.

Com base nas contribuições de Ostrom (2009) sobre os Sistemas Socioecológicos (SESs), estrutura analítica composta por sistema de governança, sistemas de recursos, unidades de recursos e usuários (McGinnis & Ostrom, 2014), Zagarkhorloo et al. (2021) aplicaram esse *Framework* para analisar a governança de recursos de uso comum em comunidades pastoris da Mongólia no contexto do TBC, integrando dimensões ecológicas, sociais e institucionais. O estudo mostrou que, em sistemas complexos como o TBC, o modelo SES é uma ferramenta capaz de diagnosticar objetivos de sustentabilidade, no entanto, há um desequilíbrio entre o desempenho social, econômico e ambiental. De acordo com Dalla Torre et al. (2022), para evitar o aumento dessas assimetrias, é

necessário que sejam adotadas novas formas de governança dos recursos, com a inclusão de novas partes interessadas e a inovação do modelo organizacional do TBC.

As práticas de TBC constituem uma resposta aos modelos de exploração neoliberal associados ao turismo convencional (Botelho & Raimundo, 2023). No campo da gestão de destinos, estudos recentes evidenciam mecanismos de coopetição e governança participativa como estratégias que promovem o engajamento de governos, mercado e comunidades na distribuição de benefícios do turismo (Chim-Miki et al., 2025). Na mesma direção, Matiku et al. (2021) destacam que a sustentabilidade de projetos turísticos comunitários depende da articulação colaborativa entre diferentes atores sociais e institucionais, garantindo o protagonismo comunitário e a co-gestão com atores públicos e privados e visando a subsistência das comunidades.

Para compreender como projetos comunitários se mantêm sustentáveis ao longo do tempo, Gould (2014) investigou dois casos empíricos de desenvolvimento comunitário na Irlanda e em Belize e identificou características institucionais alinhadas aos princípios Ostromianos, como governança participativa, resolução de conflitos, regras locais e liderança comunitária. Esses resultados evidenciam como os princípios de governança de Ostrom (1990) se materializam em práticas de turismo e desenvolvimento local sustentável. Por exemplo, Alves et al. (2022), mostraram como a gestão comunitária de recursos comuns na Praia da Pipa (RN) à luz dos princípios de Ostrom, contribui para a autogestão comunitária voltada à sustentabilidade local.

Nesse contexto, a literatura tem ampliado essa discussão ao ir além da abordagem Ostromiana dos recursos comuns, incorporando práticas regenerativas como forma de transformação socioecológica (Centemeri, 2018). Essa perspectiva tem sido explorada em contextos socioecológicos como alternativa à degradação de recursos comuns. Por exemplo, Harron e Matthew (2022), ao investigarem iniciativas agrícolas em comunidades rurais da Costa Rica, revelaram que arranjos institucionais baseados em cooperação, quando alinhados aos princípios de Ostrom, podem fortalecer sistemas socioecológicos regenerativos capazes de promover a gestão coletiva de recursos de uso comum.

3.3 Coopetição social para recursos de uso comum

A coopetição é um construto de natureza multinível, caracterizado pela relação simultânea de cooperação e competição entre indivíduos, regiões, organizações ou redes que buscam alcançar objetivos mútuos (Chim-Miki et al., 2025). Edgell (1993) apontou que estratégias coopetitivas geram resultados eficazes em destinos turísticos, enquanto Brandenburger e Nalebuff (1996) consolidaram o construto no nível organizacional ao apresentar uma rede de valor que envolve competidores diretos, indiretos e não competidores, os quais podem cooperar para criar valor coletivo e competir por sua captura.

Nesse sentido, Bag et al. (2025) identificaram que estratégias coopetitivas podem gerar resultados regenerativos em nível organizacional, favorecendo iniciativas alinhadas à criação de valor ambiental e social. Esse avanço reflete uma tendência mais ampla na literatura: a expansão da coopetição para além do nível organizacional em direção ao nível de sociedade, onde governos, comunidades e organizações articulam estratégias para criar valor social e desenvolver soluções para problemas econômicos, sociais e ambientais, proporcionando desenvolvimento local baseado em estratégias híbridas de competição cooperativa e compromisso social (Oliveira-Ribeiro et al., 2022, p. 21).

Embora tradicionalmente concebida como uma estratégia *win-win* entre rivais (Brandenburger & Nalebuff, 1996), a coopetição, no nível da sociedade, passa a abranger a articulação de atores diversos com objetivo de gerar soluções para problemas socioeconômicos e ambientais (Chim-Miki et al., 2025). Nesse contexto, a coopetição social, por meio do ciclo de criação, apropriação e devolução de valor social, permite compreender como arranjos institucionais, formados por diferentes atores, coordenam ações e combinam recursos para a geração de bens comuns em contextos turísticos (Chim-Miki et al., 2024b). Neste estudo, o construto de coopetição social é adotado para analisar as interações nas dinâmicas comunitárias e sua capacidade de regenerar recursos de uso comum (Ostrom, 1990), estruturadas pela governança participativa como arranjo institucional que define regras e distribui direitos.

Ao aplicar o modelo IAD, ferramenta analítica proposta por Ostrom (2005) para examinar como arranjos institucionais moldam as interações entre atores sociais na gestão de recursos comuns, no contexto da economia informal do turismo, Damayanti et al. (2017; 2018) demonstraram que governança participativa, confiança mútua e regras claras equilibram cooperação e competição na gestão de recursos comuns, evidenciando que o modelo IAD é útil para explicar a coopetição quando os atores compartilham esses recursos.

Recentemente, Moreira et al. (2025) analisaram como a coopetição influencia a resiliência das Cidades Criativas da Gastronomia da UNESCO, destacando como estratégias coopetitivas podem contribuir para que destinos turísticos se adaptem e preservem sua estabilidade funcional. Os autores constataram que estas estratégias fortalecem a sustentabilidade, a cooperação intermunicipal e a criação de valor compartilhado. Já Durkin Badurina et al. (2023) investigaram a coopetição entre *stakeholders* locais no desenvolvimento da região da Croácia, revelando que esta dinâmica influencia o desenvolvimento do turismo rural e contribui para o fortalecimento da sustentabilidade local.

Volschenk (2016) investigou a coopetição no contexto ambiental e analisou como a governança de recursos de uso comum se comporta nessas situações, com base em estudos de caso na indústria vinícola do sul da África. Por meio da *Coopetition Value Matrix* (CVM), o autor integrou as teorias de criação e apropriação de valor e mapeou a geração de valor econômico, social e ecológico. Seus resultados mostraram que, embora a literatura sobre coopetição seja madura, ainda faltam aplicações no campo ambiental e que a teoria dos comuns de Ostrom (1990) deve ser ajustada aos níveis micro, meso e macro da coopetição para que essas dinâmicas sejam compreendidas, sugerindo que estratégias coopetitivas podem constituir uma alternativa para evitar a tragédia dos comuns prevista por Hardin (1968).

Com o avanço teórico da coopetição, além da criação e apropriação de valor (Ritala & Hurmelinna-Laukkanen, 2009), o construto passou a incorporar a devolução de valor social no nível da sociedade, compreendida como os resultados positivos das interações entre diferentes atores (Oliveira-Ribeiro et al., 2022). No turismo, esses resultados associam-se à resolução de problemas sociais, ao empoderamento comunitário, à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento da infraestrutura local (Chim-Miki et al., 2024b). No empreendedorismo social, foi inicialmente tratada como mecanismo de compensação de falhas de mercado (Nascimento et al., 2023) e, posteriormente, ampliada ao evidenciar que valores sociais, econômicos e ambientais gerados por empresas sociais são devolvidos às comunidades, tornando-as agentes ativos na continuidade do impacto social (Nascimento et al., 2025).

Nesse contexto, a cooperação deixa de ser apenas um caminho para a obtenção de vantagens competitivas individuais, como sugerido por Flood e Dresher (1950), Olson (1965) e Hardin (1968), e aproxima-se da abordagem de Ostrom (1990), que demonstrou empiricamente como comunidades que compartilham recursos comuns podem desenvolver confiança, cooperação, regras participativas e desenvolvimento local por meio de governança local e autogestão comunitária. Em contextos turísticos, há estudos os quais mostram que, com participação efetiva e regras bem definidas, é possível reduzir a distribuição desigual de benefícios e poder entre membros das comunidades turísticas e contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais (Giampiccoli & Kalis, 2012).

Essa abordagem de cooperação articula os conceitos de TBC, Coopetição Social e gestão de recursos comuns. Enquanto o TBC visa o empoderamento, a participação, o protagonismo das comunidades anfitriãs e a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes locais (Lima et al., 2022), a coopetição social busca, por meio da criação, apropriação e devolução de valor social, promover o desenvolvimento sustentável das comunidades (Chim-Miki et al., 2024b). Portanto, no contexto do TBC, estratégias sociocoopetitivas podem viabilizar a gestão sustentável de recursos de uso comum por meio do ciclo de valor social.

3.4 Ciclo de valor social e os Princípios de Design de Ostrom

A coopetição social enfatiza o retorno de valor social à sociedade por meio de um ciclo composto pela criação, apropriação e devolução de valor social (Chim-Miki et al., 2024b). Essa estrutura considera o valor social como elemento central para a redução das desigualdades, o desenvolvimento sustentável e a transformação social (Oliveira-Ribeiro et al., 2022). Derivada do campo do empreendedorismo social (Hlady-Rispal & Servantie, 2018), essa abordagem compreende um ciclo indissociável em que essas três fases se retroalimentam, formando um *continuum* de valor social (Oliveira-Ribeiro et al., 2022). Nesse processo, a cooperação impulsiona a criação de valor e a competição impulsiona sua apropriação. Essa relação culmina na devolução de valor social à coletividade e gera um ciclo contínuo de benefícios mútuos e impactos socioeconômicos e socioambientais (Volschenk et al., 2024).

Nesse sentido, o estudo realizado por Namujju (2024) analisou a capacidade de resiliência dos Princípios Ostromianos na governança de sistemas comunitários rurais, isolados da rede elétrica, na África Subsaariana e concluiu que em sistemas com estruturas lineares de relação causa e efeito e resultados previsíveis os princípios de Ostrom funcionam bem. No entanto, em sistemas sociotécnicos dinâmicos e complexos, estes princípios

apresentaram limitações na governança de múltiplos subsistemas, o que pode desencadear instabilidade financeira e redução da participação da comunidade.

Estratégias coopetitivas têm demonstrado eficácia em contextos complexos, nos quais diferentes *stakeholders* interagem e compartilham recursos e capacidades complementares para viabilizar resultados regenerativos alinhados a objetivos ambientais, sociais e de governança (Bag et al., 2025). Apesar do potencial complementar dessas duas abordagens, a literatura ainda não explorou como os princípios Ostromianos e o ciclo de valor social da coopetição podem ser articulados em um *Framework* integrativo capaz de orientar a gestão regenerativa dos recursos comuns em contextos complexos e dinâmicos como o TBC.

Ainda que Ostrom tenha dedicado menos atenção às relações entre os princípios de design (Williams et al., 2023), eles se configuram como diretrizes que explicam como as comunidades podem gerir de forma sustentável recursos de uso comum (Cox et al., 2010). Ainda que aplicáveis como instrumentos de arranjos coletivos para recursos compartilhados, Šestáková e Plichtová (2019) demonstraram que em contextos urbanos e digitalizados, os princípios Ostromianos requerem adaptações (Polko, 2024). Complementarmente, Cox et al. (2010) argumentam que os princípios de Ostrom podem ser adaptados a diferentes contextos ou arranjos de governança.

Nesse sentido, enquanto a superexploração do turismo de massa pode ser associada à tragédia dos comuns de Hardin (1968), por exemplo, iniciativas de turismo sustentável demandam noções de gestão coletiva dos recursos compartilhados orientadas pelos princípios da Teoria do Commons (Lacerda & Biz, 2024a). Esses princípios incluem: (I) limites claramente definidos; (II) coerência entre regras e condições locais; (III) acordos de escolha coletiva; (IV) monitoramento; (V) sanções graduadas; (VI) mecanismos de resolução de conflitos; (VII) reconhecimento mínimo dos direitos de organização; e (VIII) redes de instituições (Ostrom, 1990, p. 90).

A aplicação desses princípios é recorrente em contextos de colaboração (Wheeler et al., 2024) e em estudos sobre governança de sistemas hídricos (Salazar Jr, 2025). No entanto, Dalla Torre et al. (2022) demonstraram, a partir de um estudo realizado em duas comunidades do Norte da Itália, que, embora os princípios Ostromianos ofereçam uma estrutura para a governança dos recursos comuns, fatores como desequilíbrio de poder e exclusão de grupos sociais nos processos de tomada de decisão podem comprometer a participação coletiva e a distribuição equitativa de benefícios do TBC nestas comunidades.

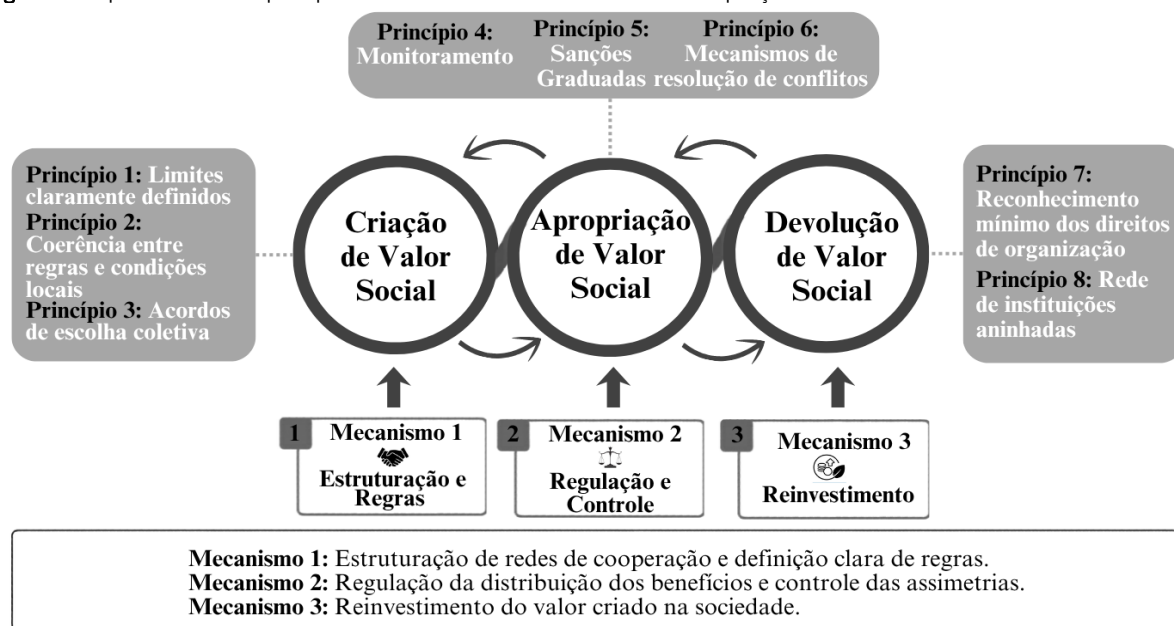
Nesse sentido, conforme conclusões de Dagnino e Rocco (2009), apresentadas em sua obra “*Coopetition strategy: theory, experiments and cases*”, estratégias de coopetição se alinham à tese principal de Ostrom sobre a governança dos comuns. Os autores sugerem ainda que a análise dos princípios Ostromianos pode apoiar a gestão de estratégias de coopetição e contribuir para a redução do caráter oportunista das dinâmicas coopetitivas. Essas considerações indicam que estudos que analisam as dinâmicas coopetitivas no contexto social se alinham às dimensões da coopetição para criação de valor social no nível de sociedade (Chim-Miki et al., 2024a).

Embora a relação entre o ciclo de valor social da coopetição e os princípios Ostromianos ainda não tenha sido explorada pela literatura, é possível identificar uma convergência estrutural entre essas abordagens, uma vez que ambas são fundamentadas na cooperação e orientadas à solução de problemas socioeconômicos e socioambientais. Enquanto o ciclo de valor social da coopetição orienta esse processo para a geração de benefícios coletivos e o desenvolvimento local (Chim-Miki et al., 2024b), os princípios de Ostrom fornecem a arquitetura institucional para essa convergência, ao equilibrar interesses, reduzir conflitos e estabelecer regras para o uso dos recursos (Ostrom, 2010).

Nessa configuração, o valor social da coopetição parte da ideia de que interações coopetitivas fortalecem a cooperação, a qual atua de forma transversal na ação conjunta entre governos, organizações e comunidades para fortalecer o empoderamento e promover melhorias coletivas (Oliveira-Ribeiro et al., 2022), tornando-se capaz de promover a gestão sustentável e o uso equitativo dos recursos comuns (Volschenk et al., 2016; Volschenk, 2016).

4 PROPOSIÇÃO DE UM *FRAMEWORK* INTEGRATIVO ENTRE CICLO DE VALOR SOCIAL DA COOPETIÇÃO SOCIAL E OS PRINCÍPIOS DE DESIGN DE OSTROM

A partir da análise descritiva dos esquemas teóricos apresentados, foi possível identificar determinados pontos de convergência e possibilidades de interação expressos nos estudos analisados, os quais contribuíram para a elaboração de um *Framework* Integrativo entre ciclo de valor social da coopetição social e os Princípios de Design de Ostrom, apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Enquadramento dos princípios de Ostrom ao ciclo de valor social da coopetição

Fonte: Elaboração própria.

Baseados nos princípios Ostromianos, Williams et al. (2023) propuseram um *Framework* focado na reorganização dos princípios de design em três classes, as quais revelaram aspectos distintos do processo de cocriação de serviços públicos: entender e mapear o sistema; defender valores de inclusão, diversidade e justiça; estruturar e orientar o co-design. Os autores concluíram que os princípios Ostromianos podem oferecer uma abordagem útil para colaboração entre provedores e usuários de serviços públicos no processo de cocriação de valor público.

Considerando que a aplicação dos princípios Ostromianos ainda é, em grande parte, uma proposição teórica que não pode ser simplesmente transposta, exigindo adaptações às características específicas dos recursos comuns (Šestáková & Plichtová, 2019; Polko, 2024), propõe-se a articulação entre o ciclo de valor social da coopetição e os princípios de Ostrom como caminho para a transição da teoria à prática. Essa integração (Figura 2) busca ampliar a aplicabilidade dos princípios em contextos mais complexos e dinâmicos (Cox et al., 2010), de modo que organizações e comunidades alinhem práticas de governança participativa à criação, apropriação e devolução de valor social e fortaleçam a coopetição social como estratégia para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local sustentável (Chim-Miki et al., 2024a).

Ao incorporar essa perspectiva, os princípios Ostromianos oferecem uma nova lógica de ativação do ciclo de valor social, estimulando estratégias regenerativas capazes de beneficiar a sociedade. Harron e Matthew (2022) destacam que abordagens derivadas de Ostrom podem fortalecer a cooperação entre diferentes atores e criar condições para alcançar objetivos regenerativos em contextos socioecológicos, enquanto estratégias coopetitivas derivam de comportamentos cooperativos em contextos sociais (Nascimento et al., 2023) e contribuem para reduzir o impacto ambiental negativo e criar valor socioambiental (Volschenk, 2016).

Dessa forma, argumentamos que os princípios Ostromianos não são externos às fases do ciclo de valor social. Eles criam mecanismos que podem ser capazes de ativar a capacidade regenerativa da coopetição em contextos complexos e dinâmicos como o TBC, os quais, simultaneamente, podem reduzir os riscos de apropriação assimétrica do valor e ampliar o potencial de geração de valor social nas dinâmicas sociocoopetitivas. Na prática, os mecanismos que integram a coopetição social aos princípios Ostromianos são distribuídos em três fases.

Na fase 1, os princípios 1, 2 e 3 atuam como mecanismos de estruturação das dinâmicas sociocoopetitivas relacionadas à criação de valor social. Nessa fase, as relações sociocoopetitivas são estabelecidas e estratégias mútuas são planejadas para gerar valor coletivo. O princípio 1 (limites claramente definidos) orienta a identificação dos atores e a definição de regras para a geração de valor social; o princípio 2 (coerência entre regras e condições locais) assegura a proporcionalidade entre investimentos e benefícios coletivos, reforçando que a articulação entre *stakeholders* e comunidades locais é fundamental para o desenvolvimento local (Chim-Miki et al., 2025); e o princípio 3 (acordos de escolha coletiva) amplia a participação dos atores na definição das regras que orientam a

ação coletiva, fortalecendo o compromisso social intrínseco às relações sociocooperativas (Oliveira-Ribeiro et al., 2022).

Na fase 2, os princípios 4, 5 e 6 atuam como mecanismos de regulação da distribuição dos benefícios e de controle das assimetrias na apropriação de valor social, assegurando que os benefícios gerados na fase anterior sejam apropriados de forma equitativa pelos atores da rede sociocooperativa. Os princípios 4 (monitoramento) e 5 (sanções graduadas) cumprem funções complementares e interdependentes, atuando no controle das assimetrias sociais que podem comprometer a apropriação de benefícios e os processos de criação e devolução de valor (Oliveira-Ribeiro et al., 2022). O princípio 6 (mecanismos de resolução de conflitos) completa esse arranjo regulatório ao reduzir as tensões decorrentes dessas possíveis assimetrias na distribuição do valor.

Na fase 3, os princípios 7 e 8 atuam como mecanismos de reinvestimento de valor social às comunidades, gerando benefícios regenerativos socioeconômicos, socioculturais e socioambientais por meio da redução das desigualdades e do desenvolvimento local. O princípio 7 (reconhecimento mínimo dos direitos de organização) reconhece a autogovernança dos atores locais e viabiliza a definição de regras de distribuição e reinvestimento dos benefícios, favorecendo a devolução de valor social e o fortalecimento das relações sociocooperativas. O princípio 8 (redes de instituições aninhadas) organiza a governança em múltiplas camadas interdependentes como comunidades, associações e atores públicos e privados, voltadas à resolução de problemas socioeconômicos e ambientais e ao desenvolvimento local, permitindo que a cooperação por meio do ciclo de valor social possa operacionalizar processos regenerativos e que o valor gerado por meio dessa dinâmica retorne à sociedade de forma equitativa (Chim-Miki et al., 2024b).

Consistente com os achados de Ostrom (1990), a articulação entre os princípios de design e o ciclo de valor social da cooperação constitui uma ferramenta teórica e prática para a gestão sustentável de recursos comuns no TBC. Enquanto os princípios Ostromianos fornecem uma estrutura institucional para governar os recursos comuns em comunidades vulneráveis à sobreexploração, o ciclo de valor social da cooperação orienta esse processo para o atendimento das necessidades sociais, econômicas e ambientais da comunidade. Essa articulação amplia a capacidade estratégica da cooperação ao integrar práticas regenerativas e posiciona o TBC como um modelo de gestão coletiva orientado não apenas à sustentabilidade, mas à regeneração socioeconômica e socioambiental local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com suporte teórico baseado na revisão narrativa de 79 artigos científicos, foi possível analisar a cooperação social e recursos comuns como estratégias de gestão para o TBC, bem como propor a integração dos elementos ciclo de valor social da cooperação social (criação, apropriação e devolução de valor social) aos princípios de design propostos por Ostrom (1990).

Ainda que haja poucos estudos dedicados a investigar a estrutura social da cooperação (Oliveira-Ribeiro et al., 2022), bem como a associar esse construto às contribuições seminais de Ostrom sobre gestão comunitária ou à sua aplicação no contexto do TBC, a cooperação se destaca como uma estratégia relevante, seja no contexto de mercado, ao gerar vantagens competitivas entre os atores envolvidos, seja em sua abordagem mais recente, no nível da sociedade, ao promover valor social, desenvolvimento local e sustentabilidade (Chim-Miki et al., 2024a; 2024b).

A partir da análise das categorias encontradas na literatura e diante da complexidade dos desafios ambientais, sociais e econômicos na gestão dos comuns, nesta pesquisa propõe-se a expansão do conceito de cooperação social para sua perspectiva regenerativa a partir de três pilares até então tratados separadamente: a cooperação como estratégia econômica e social, Teoria dos Comuns de Ostrom e práticas regenerativas. Em síntese, ao integrar a Teoria dos Comuns e o ciclo de valor social da cooperação, o estudo contribui para consolidar uma perspectiva teórica que reforça o protagonismo comunitário, a governança participativa e a regeneração local.

Assim, a cooperação social regenerativa é compreendida como a capacidade de interação entre governos, organizações, empresas e comunidades com o objetivo de criar e distribuir valor econômico, social e ambiental pautado no desenvolvimento local e na recuperação ativa de recursos compartilhados a partir de estratégias híbridas de cooperação, competição e compromisso social.

Este estudo apresenta implicações teóricas e práticas, sendo a principal a proposição de um *Framework* que integra o ciclo de valor social da cooperação aos princípios Ostromianos. A partir dela, desdobram-se três contribuições: (i)

fortalecimento da coopetição social como estratégia no nível da sociedade; (ii) ampliação do ciclo de valor ao evidenciar que práticas regenerativas podem gerar valor social nas comunidades; e (iii) operacionalização dos princípios de Ostrom em contextos mais complexos e dinâmicos. Ademais, a integração entre esses princípios e o ciclo de valor social da coopetição pode gerar resultados regenerativos por meio do valor socioeconômico e socioambiental inerente às iniciativas de TBC.

Do ponto de vista prático, o *Framework* constitui uma ferramenta para gestores locais, organizações da sociedade civil e formuladores de políticas públicas interessados na gestão sustentável de recursos turísticos comuns. Sua aplicação em contextos de TBC oferece um modelo operacional para alinhar estratégias cooperativas aos arranjos institucionais de governança do turismo: na fase 1, por meio de mapeamento de atores e formalização de acordos coletivos de uso; na fase 2, por meio da instituição de mecanismos de distribuição equitativa de benefícios e resolução de conflitos; e por fim, na fase 3, por meio da redução de desigualdades e desenvolvimento local sustentável.

Este estudo apresenta limitações: (i) por se tratar de revisão narrativa, o recorte pode ter excluído pesquisas relevantes; (ii) o *Framework* integrativo proposto emerge das análises teóricas, o que pode limitar sua robustez. Estudos futuros podem avançar em sua validação empírica por três caminhos complementares. O primeiro envolve estudos de caso em iniciativas de TBC com alta aderência aos princípios Ostromianos, como a Pousada Uacari, cujo sistema de rodízio entre comunidades e o Instituto Mamirauá evidencia autogestão, participação coletiva e distribuição equitativa de benefícios alinhadas ao ciclo de valor social. Além disso, análises quantitativas podem testar e mensurar as relações entre coopetição social, princípios Ostromianos e geração de valor social no TBC.

REFERÊNCIAS

- Alves, J. A., Ribeiro, M., Miranda, L., & Bento, S. (2022). Turismo, gestão de bens comuns e recursos naturais na Praia da Pipa/Brasil: Uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(8), 1117–1139. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i8.6683>
- Bag, S., Rahman, M. S., Routray, S., & Khurana, R. (2025). Regenerative supply chain orientation and coopetition in supply chain networks for ESG initiatives: A parallel mediation study. *Journal of Business Research*, 201, 115685. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2025.115685>
- Barcelo, H., & Capraro, V. (2015). Group size effect on cooperation in one-shot social dilemmas. *Scientific Reports*, 5, 7937. <https://doi.org/10.1038/srep07937>
- Barros-Freire, J. M. de, Rabinovici, A., & Neiman, Z. (2019). Desafios da autonomia e empoderamento comunitário na gestão da Pousada Uacari RDS Mamirauá (AM). *Caderno Virtual de Turismo*, 19(2). <https://doi.org/10.18472/cvt.19n2.2019.1515>
- Berbekova, A., Uysal, M., & George Assaf, A. (2024). Quality of life and public policy development for tourism destinations. *Cornell Hospitality Quarterly*, 65(1), 34–43. <https://doi.org/10.1177/19389655231182089>
- Botelho, E. S., & Raimundo, S. (2023). Aporte teórico-conceitual sobre as parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 16(3). Recuperado de <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15171/10758>
- Brandenburger, A. M., & Nalebuff, B. J. (1996). *Co-opetition: A Revolutionary Mindset That Combines Competition and Cooperation*. Harvard Business Press.
- Centemeri, L. (2018). Commons and the new environmentalism of everyday life. Alternative value practices and multispecies commoning in the permaculture movement. *Rassegna Italiana di Sociologia*, 59(2), 289–313. <https://doi.org/10.1423/90581>
- Chim-Miki, A. F., da Costa, R. A., & Oliveira-Ribeiro, R. (2024a). Dimensions of tourism coopetition for social value creation. *Anatolia*, 35(3), 457–469. <https://doi.org/10.1080/13032917.2023.2247800>
- Chim-Miki, A. F., da Costa, R. A., & Oliveira-Ribeiro, R. (2024b). Tourism coopetition for a better world: A cycle of creation, appropriation, and devolution of social value. *Current Issues in Tourism*, 27(19), 3150–3164. <https://doi.org/10.1080/13683500.2023.2254448>

- Chim-Miki, A. F., Augusto da Costa, R., & Volschenk, J. (2025). With a little help from my region: Coopetition in regional development and the creation of tourism social value in low-density territories. *Tourism and Hospitality Research*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/14673584251395265>
- Chiodo, E., Adriani, H. L., Navarro, F. P., & Salvatore, R. (2019). Collaborative processes and collective impact in tourist rural villages—insights from a comparative analysis between Argentinian and Italian cases. *Sustainability*, 11(2), 432. <https://doi.org/10.3390/su11020432>
- Cole, S., & Browne, M. (2015). Cole, S., & Browne, M. (2015). Tourism and water inequity in Bali: A social-ecological systems analysis. *Human ecology*, 43(3), 439-450. <https://doi.org/10.1007/s10745-015-9739-z>
- Cooke, A., Smith, D., & Booth, A. (2012). Beyond Pico: the Spider tool for qualitative evidence synthesis. *Qualitative health research*, 22(10), 1435–1443. <https://doi.org/10.1177/1049732312452938>
- Cox, M., Arnold, G., & Villamayor Tomás, S. (2010). A review of design principles for community-based natural resource management. *Ecology and Society*, 15(4), 38. <https://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art38/>
- Cronin, M. A., & George, E. (2023). The why and how of the integrative review. *Organizational research methods*, 26(1), 168-192. <https://doi.org/10.1177/1094428120935507>
- Dagnino, G. B., & Rocco, E. (Eds.). (2009). *Coopetition strategy: theory, experiments and cases*. Routledge.
- Dalla Torre, C., Stemberger, S., Bottura, J., Corrent, M., Zanoni, S., Fusari, D., & Gatto, P. (2022). Revitalizing collective resources in mountain areas through community engagement and knowledge cocreation. *Mountain Research and Development*, 42(4), D1–D13. <https://doi.org/10.1659/mrd.2022.00013.1>
- Damayanti, M., Scott, N., & Ruhanen, L. (2017). Coopetitive behaviours in an informal tourism economy. *Annals of Tourism Research*, 65, 25–35. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.04.007>
- Damayanti, M., Scott, N., & Ruhanen, L. (2018). Space for the informal tourism economy. *The Service Industries Journal*, 38(11–12), 772–788. <https://doi.org/10.1080/02642069.2018.1480014>
- da Silva, J. P., & de Araujo, C. P. (2024). ITBC: uma proposta de avaliação do turismo de base comunitária no Brasil. *Revista De Direito Da Cidade*, 16(1), 107–143. <https://doi.org/10.12957/rdc.2024.69124>
- Dietz, T., Ostrom, E., & Stern, P. C. (2003). The struggle to govern the commons. *Science*, 302(5652), 1907–1912. <https://doi.org/10.1126/science.1091015>
- Đurkin Badurina, J., Klapan, M., & Soldić Frleta, D. (2023). Stakeholders' collaboration in the development of an authentic gastronomic offering in rural areas: Example of the Ravni Kotari Region in Croatia. *Sustainability*, 15(5), 4649. <https://doi.org/10.3390/su15054649>
- Dwyer, L. (2025). Tourism Development in a Wellbeing Economy. *Sustainability*, 17(8), 3706. <https://doi.org/10.3390/su17083706>
- Edgell, D. L. (1993). *World Tourism at the Millennium: An Agenda for Industry, Government, and Education*. US Department of Commerce, US Travel and Tourism Administration.
- Espinoza, L. C. G., Molina, M. Y. S., & Tarabí, A. E. M. (2017). Turismo comunitario y responsabilidad social en Santa Elena: Un modelo para armar. *Estudios Turísticos*, (211-212), 171-187. <https://doi.org/10.61520/et.211-2122017.109>
- Ferrari, R. (2015). Writing narrative style literature reviews. *Medical Writing*, 24(4), 230–235. <https://doi.org/10.1179/2047480615Z.000000000329>
- Frischmann, B. M., Marciano, A., & Ramello, G. B. (2019). Tragedy of the commons after 50 years. *Journal of Economic Perspectives*, 33(4), 211–228. <https://doi.org/10.1257/jep.33.4.211>
- Flood, M., & Dresher, M. (1950). *The basis of the game theory: Prisoner's dilemma model of cooperation and conflict*. Rand Corporation.
- Giampiccoli, A., & Kalis, J. H. (2012). Community-based tourism and local culture: the case of the amaMpondo. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 10(1), 173-188. <https://riull.ull.es/xmlui/handle/915/15786>

- Gould, P. G. (2014). A tale of two villages: Institutional structure and sustainable community organizations. *Public Archaeology*, 13(1–3), 164–177. <https://doi.org/10.1179/1465518714Z.00000000066>
- Hall, S., & Leeder, E. (2024). Narrative reanalysis: A methodological framework for a new brand of reviews. *Research Synthesis Methods*, 15(6), 1017–1030. <https://doi.org/10.1002/jrsm.1751>
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons: the population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. *Science*, 162(3859), 1243–1248. <https://doi.org/10.1126/science.162.3859.1243>
- Harron, C. F., & Matthew, R. A. (2022). Prosocial partnerships – A scalable pathway to sustainable agricultural development. In W. Leal Filho, M. Kovaleva, & E. Popkova (Eds.), *Sustainable agriculture and food security* (pp. 35–51). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-98617-9_3
- Hlady-Rispal, M., & Servantie, V. (2018). Deconstructing the Way in which Value Is Created in the Context of Social Entrepreneurship. *International Journal of Management Reviews*, 20(1), 62–80. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12113>
- Krittayaruangroj, K., Trisuvan, P., Sae-Heng, P., Aung, P. N., & Sen, S. K. (2021). Nature-Nested Community Drives Innovation to Foster Sustainable Tourism. *Journal of Hunan University*, 48(8), 84–98. Recuperado de <https://jonuns.com/index.php/journal/article/view/696>
- Lacerda, L. L. L., & Biz, A. A. (2024a). Desenvolvimento Turístico Sustentável pela perspectiva da Teoria do Commons: uma revisão integrativa da literatura. *Interações*, 25(2), e2523899. <https://doi.org/10.20435/inter.v25i1.3899>
- Lacerda, L. L. L., & Biz, A. A. (2024b). Commons e turismo: Uma revisão integrativa. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos: ABET*, 14(1), 2. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13357219>
- Lee, H.-W., & Weng, Y.-N. (2025). Granular Q-learning adaptation boosts collective welfare in multi-agent Prisoner's Dilemma. *Chaos, Solitons & Fractals*, 199, 116642. <https://doi.org/10.1016/j.chaos.2025.116642>
- Lima, M. A. G., Irving, M. de A., & Oliveira, E. (2022). Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 16, 2094. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2094>
- Maracajá, K. F. B., Chim-Miki, A. F., & da Costa, R. A. (2025). Status and dimensions of research on coopetition in wine tourism. *Rural Society*, 34(1), 62–84. <https://doi.org/10.1080/10371656.2025.2461863>
- Moroni, S. (2025). Untangling the commons: Three different forms of commonality. *The Review of Austrian Economics*, 38, 169–185. <https://doi.org/10.1007/s11138-024-00639-1>
- Matiku, S. M., Zuwarimwe, J., & Tshipala, N. (2021). Sustainable tourism planning and management for sustainable livelihoods. *Development Southern Africa*, 38(4), 524–538. <https://doi.org/10.1080/0376835X.2020.1801386>
- Marwell, G., & Oliver, P. (1993). *The critical mass in collective action*. Cambridge University Press.
- McGinnis, M. D., & Ostrom, E. (2014). Social-ecological system framework: Initial changes and continuing challenges. *Ecology and Society*, 19(2), 30. <https://doi.org/10.5751/ES-06387-190230>
- Moreira, P. H. D. O., Fraga, C., Lavandoski, J., & Cardoso, L. (2025). Improving the strategic management of UNESCO creative cities of gastronomy: Integrating sensitivity analysis and tourism destination image based on analytic hierarchy process. *Sustainability*, 17(3), 1008. <https://doi.org/10.3390/su17031008>
- Murphy, P. E. (1985). *Tourism: A community approach*. Methuen.
- Murillo, D., Guinart, P., & Arenas, D. (2025). The ethics of commons organizing: A critical reading. *Journal of Business Ethics*, 196, 3–20. <https://doi.org/10.1007/s10551-024-05706-y>
- Namujju, L. D. (2024). Navigating emergent effects in off-grid systems: Ostrom's design principles and rural energy policy implications. *Energy Research & Social Science*, 118, 103786. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103786>

- Nascimento, L. D. S., da Costa Júnior, J. C., Salazar, V. S., & Chim-Miki, A. F. (2023). Coopetition in social entrepreneurship: A strategy for social value devolution. *International Journal of Emerging Markets*, 18(9), 2176–2197. <https://doi.org/10.1108/IJOEM-09-2020-1062>
- Nascimento, L. D. S., Silva, D. S., Chim-Miki, A. F., Costa Júnior, J. C. D., & Salazar, V. S. (2025). The social entrepreneurship value cycle: generation, appropriation, devolution and transformation of sustainable value. *Social Enterprise Journal*, 21(3), 466–491. <https://doi.org/10.1108/SEJ-01-2024-0002>
- Oliveira-Ribeiro, R., Chim-Miki, A. F., & de Araújo Machado, P. (2022). Coopetition at society level: A scale validation. *International Journal of Business Administration*, 13(4), 19–37. <https://doi.org/10.5430/ijba.v13n4p19>
- Olson, M. (1965). *The logic of collective action: Public goods and the theory of groups*. Harvard University Press.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press.
- Ostrom, E. (2005). *Understanding institutional diversity*. Princeton University Press.
- Ostrom, E. (2009). A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, 325(5939), 419–422. <https://doi.org/10.1126/science.1172133>
- Ostrom, E. (2010). Beyond market and states: Polycentric governance of complex economic systems. *American Economic Review*, 100(3), 641–672. <https://doi.org/10.1257/aer.100.3.641>
- Ostrom, E. (2015). Reflections on the commons. In *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action* (pp. 1–28). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781316423936.002>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., & Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pan, H., Chen, M., & Shiau, W. L. (2022). Exploring post-pandemic struggles and recoveries in the rural tourism based on Chinese situation: a perspective from the IAD framework. *Journal of Hospitality and Tourism Technology*, 13(1), 120–139. <https://doi.org/10.1108/JHTT-11-2020-0300>
- Polko, A. (2024). Governing the urban commons: Lessons from Ostrom's work and commoning practice in cities. *Cities*, 155, 105476. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2024.105476>
- Quick, J. R. (2024). Defending against out-migration: Rural precarity, tourism, and hope in Quilotoa, Ecuador. *Tourist Studies*, 24(4), 357–375. <https://doi.org/10.1177/14687976241296147>
- Rosalina, P. D., Dupre, K., Wang, Y., Putra, I. N. D., & Jin, X. (2023). Rural tourism resource management strategies: A case study of two tourism villages in Bali. *Tourism Management Perspectives*, 49, 101194. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2023.101194>
- Ruiz-Ballesteros, E., & Gual, M. A. (2012). The emergence of new commons: Community and multi-level governance on the Ecuadorian coast. *Human Ecology*, 40(6), 847–862. <https://doi.org/10.1007/s10745-012-9540-1>
- Ruiz-Ballesteros, E., & Brondizio, E. S. (2013). Building negotiated agreement: the emergence of community-based tourism in Floreana (Galápagos Islands). *Human Organization*, 72(4), 323–335. <https://doi.org/10.17730/humo.72.4.4767536442q23q31>
- Ritala, P., & Hurmelinna-Laukkanen, P. (2009). What's in it for me? Creating and appropriating value in innovation-related coopetition. *Technovation*, 29(12), 819–828. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2009.07.002>
- Salazar Jr, A. D. (2025). Connecting the Pipes: Navigating the Fragmented Rural Water Governance in the Philippines Through Common-Pool Resource Design Principles and Social Capital. *Asian Politics & Policy*, 17(2), e70010. <https://doi.org/10.1111/aspp.70010>
- Senatore, L., Bimonte, G., & Gatto, A. (2025). Sustainable and resilient governance of common-pool resources: A critical analysis of non-cooperative and cooperative game theory applications. *Journal of Economic Surveys*, 39, 2303–2314. <https://doi.org/10.1111/joes.12690>

- Schlager, E., & Villamayor-Tomas, S. (2023). The IAD framework and its tools for policy and institutional analysis. In C. M. Weible (Ed.), *Theories of the policy process* (5th ed., pp. 196–229). Taylor & Francis. <https://doi.org/10.4324/9781003308201-8>
- Schlager, E. (2002). Rationality, cooperation, and common pool resources. *American Behavioral Scientist*, 45(5), 801–819. <https://doi.org/10.1177/0002764202045005005>
- Šestáková, A., & Plichtová, J. (2019). Contemporary commons: Sharing and managing common-pool resources in the 21st century. *Human Affairs*, 29(1), 74–86. <https://doi.org/10.1515/humaff-2019-0007>
- Suyatna, H., Indroyono, P., Yuda, T. K., & Firdaus, R. S. M. (2024). How community-based tourism improves community welfare? A practical case study of ‘Governing the Commons’ in rural Nglanggeran, Indonesia. *The international journal of community and social development*, 6(1), 77–96. <https://doi.org/10.1177/25166026241228717>
- Tan, N. Q., Ubukata, F., Dinh, N. C., & Ha, V. H. (2024). Rethinking community-based tourism initiatives through community development lens: A case study in Vietnam. *Community Development*, 55(5), 754–774. <https://doi.org/10.1080/15575330.2024.2344218>
- Turnbull, D., Chugh, R., & Luck, J. (2023). Systematic-narrative hybrid literature review: A strategy for integrating a concise methodology into a manuscript. *Social Sciences & Humanities Open*, 7, 100381. <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2022.100381>
- Volschenk, J., Ungerer, M., & Smit, E. (2016). Creation and appropriation of socio-environmental value in coopetition. *Industrial Marketing Management*, 57, 109–118. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2016.05.026>
- Volschenk, J. W. (2016). An investigation into environmental coopetition in the South African wine industry (Doctoral dissertation, Stellenbosch University). Stellenbosch University. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.18215.80803>
- Volschenk, J., Czakon, W., Chim-Miki, A. F., & Augusto da Costa, R. (2024). A taxonomy of value creation and appropriation from tourism coopetition. In: *Value Proposition to Tourism Coopetition*. Emerald Publishing Limited, 41–55. <https://doi.org/10.1108/978-1-83797-827-420241004>
- Von Neumann, J., & Morgenstern, O. (1944). *Theory of games and economic behaviour*. Princeton University Press.
- Williams, O., Lindenfalk, B., & Robert, G. (2023). New development: Mitigating and negotiating the co-creation of dis/value—Elinor Ostrom’s design principles and co-creating public value. *Public Money & Management*, 43(1), 45–50. <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2066338>
- Wheeler, B., Williams, O., Meakin, B., Chambers, E., Beresford, P., O’Brien, S., & Robert, G. (2024). Exploring Elinor Ostrom’s principles for collaborative group working within a user-led project: lessons from a collaboration between researchers and a user-led organisation. *Research involvement and engagement*, 10(1), 15. <https://doi.org/10.1186/s40900-024-00548-4>
- Yasunaga, N. (2020). Classification of collective actions for rural community vitalization in Chugoku Mountainous region, Japan: applying multiple correspondence analysis. *Asia-Pacific Journal of Regional Science*, 4(2), 553–592. <https://doi.org/10.1007/s41685-020-00145-9>
- Zagarkhorloo, U., Heijman, W., Dries, L., & Batjargal, B. (2021). Managing herder-community-based tourism: An institutional framework for an integrated social–ecological system. *Sustainability*, 13(7), 4001. <https://doi.org/10.3390/su13074001>
- Zurbarán-Arias, D. J., & Piñeros, S. T. (2025). Iniciativas de base comunitaria para el desarrollo de un turismo regenerativo: Actores y variables. Caso: veredas del sur de Fusagasugá (Cundinamarca, Colombia). *Turismo y Sociedad*, 37, 77–109. <https://doi.org/10.18601/01207555.n37.03>

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados relevantes estão disponíveis no texto.

Informação dos Autores

Rodrigo Oliveira Ribeiro

Estudante de doutorado em Administração na Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGA/UFCG).

Contribuições: Conceituação, Curadoria de dados, Análise formal, Obtenção de financiamento, Investigação, Metodologia, Recursos, Software, Redação do manuscrito original,

Email: rodrigo.oriheiro@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5382-8475>

Carla Regina Pasa Gómez

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE). Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos em Sustentabilidade (GIPES).

Contribuições: Conceituação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Validação, Visualização, Redação - revisão e edição.

Email: carla.gomez@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6182-989X>

Adriana Fumi Chim Miki

Doutora em Turismo, Gestão e Economia pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. Pesquisadora do Centro de Estudos Económicos Aplicados do Atlântico (CEEApIA), Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, Portugal. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Coopetition Network Lab. Bolsista CNPQ de Produtividade em Pesquisa.

Contribuições: Conceituação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Validação, Visualização, Redação - revisão e edição.

Email: adriana.fc.miki@uac.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7685-2718>